



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

HERBENIO DE SOUZA BEZERRA

O REGISTRO DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS DE FILMES EM DVD:
COMPARAÇÕES ENTRE AACR2 E RDA

FORTALEZA

2019

HERBENIO DE SOUZA BEZERRA

O REGISTRO DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS DE FILMES EM DVD: COMPARAÇÕES
ENTRE AACR2 E RDA

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Me. Odete Máyra Mesquita Sales.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B469r Bezerra, Herbenio de Souza.
O registro de dados bibliográficos de filmes em DVD : comparações entre AACR2 e RDA / Herbenio de Souza Bezerra. – 2019.
50 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Ma. Odete Máyra Mesquita Sales.
1. Catalogação Descritiva. 2. RDA: resource description and access. 3. Código de Catalogação Anglo-Americano. 4. Catalogação - Filmes. 5. DVD. I. Título.

CDD 020

HERBENIO DE SOUZA BEZERRA

O REGISTRO DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS DE FILMES EM DVD: COMPARAÇÕES
ENTRE AACR2 E RDA

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Me. Odete Máyra Mesquita Sales (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Me. Maria Áurea Montenegro Albuquerque Guerra (Membro)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Me. Cyntia Chaves de Carvalho Gomes Cardoso (Membro)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

À Maria Lúcia, mãe e professora que batalhou pacientemente para que seus filhos encontrassem o poder transformador da educação.

Aos irmãos Flávia, Fatinha, Hermano, Edilberto e Emídio, por responderem sabiamente ao encontro com esse poder.

A Vicente, pai, que se deixou convencer pela força desse poder.

Aos amigos, de perto e de longe, em especial aos que ingressaram comigo em 2015.1, pela jornada intensa e inesquecível.

Aos colegas de trabalho do IFCE e da UFC, pelos exemplos para a construção do bibliotecário em mim.

AGRADECIMENTOS

À Mayra Mesquita, professora, orientadora da monitoria, orientadora deste trabalho e amiga, pela confiança, paciência, dedicação e inspiração para o interesse pela área de Representação Descritiva da Informação.

A Fabrício Assumpção, pelo apoio, sugestões e presteza para prestar esclarecimentos, mesmo à distância.

À Professora Doutora Virgínia Bentes Pinto, por guiar com sabedoria e competência o nascimento desta pesquisa.

Às professoras Maria Áurea Montenegro Albuquerque Guerra e Cyntia Chaves de Carvalho Gomes Cardoso, por aceitarem contribuir com este estudo participando da Banca Examinadora.

Ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, pelo arcabouço necessário à consecução deste estudo.

“Agora tudo vai mudar, não vai?” (Hermione Granger – Filme Harry Potter e o Cálice de Fogo, 2005)

RESUMO

Aborda o registro de dados bibliográficos de filmes em DVD comparando as regras do AACR2 e as instruções do RDA a partir do questionamento: como os registros bibliográficos de filmes em DVD serão modificados com os novos padrões do RDA? Traz um breve histórico do percurso da catalogação, mostrando as iniciativas ocorridas em diferentes épocas para a construção de registros para os recursos informacionais. Acompanha o surgimento do Código de Catalogação Anglo-Americano, sua correspondência com o padrão ISBD e outras modificações que o levaram até sua atual versão. Apresenta o FRBR, modelo conceitual que define entidades, atributos e relacionamentos para o universo bibliográfico e que serviu de base para a construção do RDA, novo código de catalogação que está sendo adotado como substituto do AACR2. Metodologicamente, esta pesquisa é de cunho exploratório, descritivo, qualitativo e documental, utilizando-se a análise de conteúdo para a composição da prática do estudo. Foi adotado o método comparativo, com o cotejamento dos registros bibliográficos elaborados em AACR2 e em RDA. Como resultado da aplicação da pesquisa, apresenta-se quadros comparativos dos registros bibliográficos elaborados, discorrendo sobre as mudanças verificadas. Aponta as vantagens trazidas pelo RDA para os usuários de registros bibliográficos como, por exemplo, uma linguagem mais próxima à empregada no ambiente da internet. Por fim, apresenta considerações acerca das mudanças ocorridas na representação descritiva e as contribuições desta pesquisa para o início do entendimento sobre elas.

Palavras-chave: Representação Descritiva. Catalogação. RDA. AACR2. Filmes em DVD.

ABSTRACT

This study addresses the recording of bibliographic data of DVD movies comparing the rules of the AACR2 and the instructions of the RDA according to the questioning: how will bibliographic records of DVD movies be modified with the new RDA standards? It gives a brief history of the cataloging process, showing the initiatives that occurred at different times for the construction of records for informational resources. It follows the emergence of the Anglo-American Cataloging Code, its correspondence with the ISBD standard and other modifications that led to its current version. It presents the FRBR, a conceptual model that defines entities, attributes and relationships for the bibliographic universe and that served as the basis for the construction of the RDA, a new cataloging code that is being adopted as a substitute for AACR2. Methodologically, this research has an exploratory, descriptive, qualitative and documentary nature, using the content analysis for the composition of the study practice. The comparative method was adopted, with the comparison of the bibliographic records elaborated in AACR2 and in RDA. As a result of the research application, it presents comparative tables of bibliographic data, discussing the verified changes. It points out the advantages brought by the RDA to users of bibliographic records, such as a language closer to the one employed in the internet environment. It presents considerations about the changes occurring in the descriptive representation and the contributions of this research to the beginning of the understanding about them.

Keywords: Descriptive Cataloging. RDA. AACR2. DVD movies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Armário catalográfico	20
Figura 2 – Fichário Catalográfico	20
Figura 3 – Relações bibliográficas primárias	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – TAGs MARC mais utilizadas e elementos correspondentes	24
Quadro 2 – Regras gerais de descrição	37
Quadro 3 – Informações sobre título e responsabilidade	38
Quadro 4 – Informações sobre edição	40
Quadro 5 – Informações sobre publicação	41
Quadro 6 – Informações sobre descrição física	43
Quadro 7 – Informações sobre série	44
Quadro 8 – Registro dos campos MARC de um filme em DVD	45

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AACR	<i>Anglo-American Cataloguing Rules</i> (Código de Catalogação Anglo-Americano)
AACR2	<i>Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd ed.</i> (Código de Catalogação Anglo-Americano, 2. ed.)
AACR3	<i>Anglo-American Cataloguing Rules, 3rd ed.</i> (Código de Catalogação Anglo-Americano, 3. ed.)
ALA	<i>American Library Association</i> (Associação de Bibliotecas Americanas)
DGM	Designação Geral do Material
DVD	Digital Video Disc
FRAD	<i>Functional Requirements for Authority Data</i> (Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade)
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i> (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos)
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i> (Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas)
ISBD	<i>International Standard Bibliographic Description</i> (Padrão Internacional de Descrição Bibliográfica)
LC	<i>Library of Congress</i> (Biblioteca do Congresso)
LC MARC	<i>Library of Congress MACHine Readable Cataloging</i>
MARC	<i>MACHine Readable Cataloging</i> (Catalogação Legível por Máquina)
MODS	<i>Metadata Object Description Schema</i> (Esquema de Metadados para a Descrição de Objeto)
RDA	<i>Resource Description and Access</i> (Descrição de Recursos e Acesso)
TAG	Etiqueta

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CATALOGAÇÃO: HISTÓRIA, CÓDIGOS E PADRÕES	17
2.1	Catálogos: surgimento e desenvolvimento	17
2.2	O Código de Catalogação Anglo-Americano e o padrão ISBD	19
2.3	O MARC	22
3	PARA ONDE CAMINHA A CATALOGAÇÃO	26
3.1	Os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos	26
3.2	A representação da informação no RDA	29
4	METODOLOGIA	33
5	ANÁLISE DOS DADOS	36
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Desde tempos remotos o ser humano cria meios para registrar o conhecimento por ele construído e acumulado veiculando, assim, a outros indivíduos, sua forma de pensar. Essa comunicação é fundamental para o ciclo contínuo de compreensão e transformação da sociedade. A organização dos registros desse conhecimento enseja a eficácia desse processo.

Um dos principais canais para veiculação dos registros do conhecimento é o catálogo, cujos suportes sofreram modificações ao longo dos séculos, acompanhando a trajetória de evolução do homem desde as tábuas de argila e pergaminhos, passando pelos livros e fichas, até os atuais catálogos on-line.

As bibliotecas, cuja principal função é guiar o usuário a fontes de informação precisas, confiáveis e consonantes com suas necessidades têm, no catálogo, ferramenta fundamental para que as informações contidas nas obras de suas coleções sejam representadas, organizadas e recuperadas, mediante o emprego de técnicas e operações próprias. Mey e Silveira (2009), estudiosas no âmbito da catalogação, definem catálogo como

[...] um meio de comunicação, que veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 12).

Às operações e técnicas para elaboração de catálogos damos o nome de Representação Descritiva da Informação ou Catalogação, atividade dividida em três etapas: descrição bibliográfica, elaboração dos pontos de acesso e definição dos dados de localização. O *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR), denominado no Brasil como Código de Catalogação Anglo-Americano, é um dos instrumentos mais conhecidos e utilizados para tal fim.

Publicado pela primeira vez em 1967, fruto de uma parceria entre a *American Library Association* (Estados Unidos), a *Canadian Library Association* (Canadá) e a *Library Association* (Inglaterra), o AACR reflete uma tentativa de padronização internacional para a catalogação envidada, sobretudo, a partir da Conferência Internacional dos Princípios de Catalogação, também conhecida como Conferência de Paris, realizada em 1961. No Brasil, a adoção do código deu-se em 1969, quando da tradução para o português do texto da versão dos Estados Unidos. Atualmente utiliza-se a segunda edição do código (AACR2) baseada na revisão de 2002 (MEY; SILVEIRA, 2009).

Embora tenha dado respostas satisfatórias às questões da catalogação por muito tempo, o AACR2 foi se mostrando insuficiente para a representação da informação, muito pelo fato de ter seu escopo voltado para os documentos impressos, embora seus capítulos abordem regras de representação para itens como gravações de vídeo, gravações de som, artefatos tridimensionais e outros materiais cujo suporte não é o papel. Soma-se o fato de que suas regras levavam em conta o espaço para o registro dessas informações, limitado ao tamanho das fichas catalográficas, que eram a forma pela qual o usuário buscava as obras de seu interesse, na época de surgimento da primeira versão do Código.

O avanço das tecnologias fez surgir uma massa documental produzida em suportes diversos, além do papel, para os quais o AACR2 não oferece suficiência na representação. Essa nova realidade ensejou revisão no instrumento.

Durante os encontros destinados a elaborar o que seria a nova versão do código (AACR3), na fase de ajustes, o *Joint Steering Committee for Revision of AACR2* (Comitê Diretor Conjunto para Revisão do AACR2) optou pela descontinuidade da nomenclatura AACR e adoção de um nome que melhor representasse as coleções presentes nas bibliotecas e no universo bibliográfico em geral. Surgiu, então, o *Resources: Description and Access* (RDA), no Brasil, denominado Recursos: Descrição e Acesso, cujos dados, conforme Oliver (2011)

[...] destinam-se à utilização no ambiente da Rede e com tecnologias de bases de dados surgidas recentemente. Propiciam à comunidade bibliotecária condições de aproveitar o ambiente de rede em linha e tornar amplamente visíveis, descobríveis e utilizáveis os dados das bibliotecas. (OLIVER, 2011, p. 6).

A utilização do RDA, iminente, é pouco experimentada nas instituições do Brasil. Nos currículos dos cursos de Biblioteconomia do nosso país ainda são estudadas as regras do AACR2, já que o novo código não tem previsão para tornar-se realidade universal nas bibliotecas e também pelo fato de que sua composição foi apoiada, em grande parte, nas regras de seu antecessor.

O cerne do RDA são os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), modelos conceituais do tipo entidade-relacionamento cujo foco são as tarefas do usuário, definidas como referentes “à navegação por grandes volumes de dados com o objetivo de descobrir e obter a fonte demandada” (OLIVER, 2011, p. 20) e divididas em: encontrar, identificar, selecionar e obter. Tendo como foco as necessidades dos usuários, o modelo FRBR preocupa-se com o estabelecimento de relações entre os diversos elementos da representação dos documentos, impressos ou não.

Habitadas, historicamente, a terem seus espaços preenchidos por estantes de livros, as bibliotecas, agora, têm em suas coleções obras dispostas em diversos suportes e mídias. Entre estes podemos encontrar o formato *Digital Video Disc* (DVD), popularizado, no final da década de 90 e início dos anos 2000, como um dos suportes físicos mais consumidos entre aqueles destinados aos filmes em vídeo. As regras de descrição para esses recursos, no AACR2, são encontradas no capítulo 7, destinado aos Filmes Cinematográficos e Gravações de Vídeo. Já no RDA não existem capítulos específicos para um tipo de recurso informacional. Suas seções são estruturadas com base no registro dos atributos e relações das entidades oriundas do modelo FRBR.

Pensando neste momento de expectativas para a implantação do RDA ao mesmo tempo em que se continua trabalhando com o AACR2, chegamos ao seguinte questionamento: **Como os registros bibliográficos de filmes em DVD serão modificados com os novos padrões do RDA?**

O interesse pelo tema surgiu a partir do contato com as disciplinas de Representação Descritiva da Informação ministradas pela Professora Mayra Mesquita no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, entre 2016 e 2017, e da posterior atuação como monitor no Programa de Iniciação à Docência de ambas.

Embora outras áreas da Biblioteconomia tenham despertado interesse, a Representação Descritiva sobressaiu-se. Longe de ser simples leitura e aplicação de um código normativo, ela constitui-se de uma série de decisões, respaldadas pelo Código, aplicadas ao acervo de uma unidade de documentação, sem dispensar o exame da realidade na qual esta se encontra inserida bem como das necessidades de seu público.

A temática apresenta-se com grande relevância no âmbito profissional, já que a representação e organização do conhecimento são pilares do fazer bibliotecário. Não estão descartadas pesquisas futuras a partir dos resultados desta monografia.

Pesquisar sobre catalogação, especialmente sobre o RDA, faz-se necessário para que a familiaridade com as novas formas de representação da informação aconteça entre a comunidade catalogadora brasileira, já que sua implantação exigirá uma quebra de paradigmas voltados à realidade de produção e acesso de documentos na Rede, conforme atesta Oliver (2011):

A implantação da RDA terá impacto imediato nos catalogadores e também nos projetistas e gerentes de sistemas para bibliotecas. Cada vez mais, à medida que cresça o volume de dados RDA, haverá um impacto sobre aqueles que usam dados bibliográficos e de autoridade em catálogos de bibliotecas e, portanto, em aplicações de rede (OLIVER, 2011, p. 6).

A baixa produção científica sobre catalogação e, conseqüentemente, sobre RDA e documentos não impressos, como os filmes em DVD, constitui-se, também, em um dos agentes motivadores desta pesquisa.

A informação representa, hoje, o principal bem em torno do qual a sociedade gira. Transformada em conhecimento, ela pode constituir-se em elemento de transformação social para indivíduos, diferencial para a sobrevivência de instituições e baliza para a ação de governos. Para que possa cumprir tais funções, entretanto, necessita estar organizada, especialmente nos tempos atuais em que os meios para sua produção e disseminação estão cada vez menos concentrados e cada vez mais acessíveis, originando uma massa documental que precisa de luz em meio ao caos.

Sendo o RDA a nova e iminente forma de representação da informação cujo objetivo principal, segundo Corrêa (2008, p. 55), é “[...] minimizar as falhas nas diferentes interpretações de regras e na diversificação de registros, possibilitando a excelência na recuperação das informações.”, estudá-lo permitirá ao profissional bibliotecário ter o domínio de uma ferramenta que possibilitará o cumprimento de seu papel enquanto agente mediador de informação. Esse processo de mediação tem na Representação Descritiva da Informação um pilar no qual o bibliotecário se apoia para possibilitar ao usuário o encontro e utilização dos documentos que satisfarão suas necessidades informacionais.

À vista do exposto e com o intento de conduzir a pesquisa definimos como **objetivo geral**: Analisar como os registros bibliográficos de filmes em DVD serão modificados com os novos padrões do RDA.

Especificamente pretendemos:

- a) Realizar o levantamento das regras do AACR2 e das instruções do RDA relativas ao registro de dados bibliográficos de filmes em DVD;
- b) Cotejar os dados registrados com os dois códigos visando à identificação das mudanças ocorridas na descrição;
- c) Discutir as mudanças e vantagens do RDA para os usuários dos registros bibliográficos.

Para atingir esses objetivos a metodologia adotada configura-se como sendo do tipo exploratório-descritivo e de cunho qualitativo, baseada em revisão bibliográfica, a fim de dar um melhor embasamento teórico à pesquisa. O instrumento utilizado para a coleta de dados é a análise documental, feita a partir do levantamento das regras do AACR2 e das instruções do RDA relativas a filmes em DVD. Como técnica de análise de dados usaremos a análise de

conteúdo.

A presente pesquisa está organizada em seis capítulos. A introdução traz explicações acerca do objeto de estudo, expondo o problema de pesquisa, os objetivos, a metodologia e o esboço do trabalho.

O segundo e terceiro capítulos deste estudo abrangem o referencial teórico da pesquisa, no qual abordamos o percurso histórico traçado pela Catalogação. A seguir discutiremos sobre o AACR2, seu surgimento, características e limitações bem como as características do padrão internacional no qual ele se baseia (o *International Standard Bibliographic Description – ISBD*). O capítulo é finalizado com uma abordagem sobre o padrão de metadados *MAchine Readable Cataloguing Record (MARC)*. Posteriormente, refletindo sobre as mudanças provocadas pelas tecnologias na Representação Descritiva, apresentamos os FRBR e o RDA, tecendo as origens e implicações de cada um deles e os apontamentos para o futuro da catalogação.

No quarto capítulo descrevemos os caminhos, os elementos da pesquisa, os instrumentos de coleta e as técnicas de análise dos dados. Expomos, no quinto capítulo, a análise dos dados, apresentando os resultados das representações elaboradas em AACR2 e em RDA, as diferenças entre elas e as implicações na forma como o usuário interpreta e utiliza os registros bibliográficos. Por fim, no sexto e último capítulo, as considerações finais resgatam os objetivos pontuados na introdução e averiguam o atendimento de todos ao longo da pesquisa.

2 CATALOGAÇÃO: HISTÓRIA, CÓDIGOS E PADRÕES

Ao longo da história da humanidade foram vários os meios encontrados pelo homem, enquanto produtor de conhecimento, para registrar, armazenar e recuperar a informação: tábulas de argila, paredes de templos, rolos de papiro, cadernos de pergaminho, papel e meios eletrônicos são alguns dos suportes que podemos citar, cada um correspondente às circunstâncias e possibilidades das distintas épocas da trajetória da evolução humana.

As instituições destinadas ao armazenamento e utilização dos documentos produzidos desenvolveram instrumentos que, uma vez caracterizando-os e agrupando-os por meio de registros, possibilitassem o seu encontro em meio aos demais. Esses instrumentos são os catálogos. Sua história, bem como a da atividade que se ocupa de sua elaboração (a catalogação) mistura-se à própria história dos livros e das bibliotecas (MACHADO, 2015).

2.1 Catálogos: surgimento e desenvolvimento

Etimologicamente a palavra catálogo deve sua origem à língua grega, a partir da junção da palavra *kata*, que quer dizer “*de acordo com, sub, baixo ou parte*” com a palavra *logos*, que significa “*ordem, razão*”. Assim, depreendemos que a palavra catálogo significa “de acordo com a razão” (MEY; SILVEIRA, 2009).

Ainda que as primeiras regras oficiais a respeito da catalogação demorassem anos a surgir, desde muito tempo percebe-se a tentativa de construir catálogos, mesmo que este não tenha sido o termo oficial utilizado para denominar a reunião de dados sobre os registros do conhecimento, como vemos nas palavras de Garrido Arilla (1966), ao afirmar que “não se costuma falar sobre a catalogação na antiguidade, pelo menos no sentido em que este termo ocupa atualmente. Porém a catalogação e, portanto, sua metodologia são tão antigas quanto as próprias bibliotecas”. (GARRIDO ARILLA, 1966, p. 61, apud SILVEIRA, 2013, p. 61).

Investigações históricas revelam a presença de tábulas de argila em linguagem babilônica, datadas de 1400 a.C. contendo informações sobre títulos de obras. 100 anos depois, tábulas semelhantes foram encontradas no Egito, desta vez contendo informações bibliográficas de descrição física. Posteriormente nos deparamos com o catálogo de Calímaco, na Biblioteca de Alexandria, o *Pinakoi*, no qual os volumes eram organizados por assuntos de acordo com a classificação do conhecimento de Aristóteles (MEY; SILVEIRA, 2009).

Na Idade Média destacam-se o catálogo da Biblioteca de Richenau, na Alemanha, feito a partir da compilação de vários catálogos e o do mosteiro beneditino de Saint Requier, na

França, no qual constavam informações relativas aos autores das obras bem como ao conteúdo de seus volumes e a identificação do rolo ou volume no qual cada obra estava contida. Os séculos de XV a XVIII são marcados pelo surgimento das remissivas e de catálogos classificados, como o do mosteiro Syon, na Inglaterra. Destaca-se também uma obra de Gabriel Naudé que tratava sobre a constituição de bibliotecas, incluindo aí a organização dos catálogos e a catalogação (MEY; SILVEIRA, 2009).

As primeiras regras oficiais acerca da representação descritiva da informação foram elaboradas por Anthony Panizzi, em 1841, conhecidas como as 91 regras de Panizzi e levaram à elaboração do primeiro código de catalogação de maior repercussão até então, criado por Charles C. Jewett, em 1852 (SANTOS; CORRÊA, 2009).

Posteriormente surge outro código, elaborado por Charles Ami Cutter, conhecido também pela criação da tabela de notação para autores que recebeu seu nome (Tabela de Cutter). A última edição desse código ocorreu na mesma época em que a *American Library Association* (ALA) publicou, em 1908, o seu próprio, inspirado nos supracitados e nas regras da *Library of Congress* (LC). O código da ALA passou por revisões e atualizações ao longo dos anos, sobretudo pelo fato de os bibliotecários considerarem-no composto por regras excessivas e desnecessárias (SANTOS; CORRÊA, 2009).

Dadas as divergências e reclamações vigentes, Seymour Lubetzky foi convidado pela ALA, em 1949, para avaliar a versão corrente do código e sugerir mudanças. O resultado foi um relatório publicado por ele, quatro anos depois, e que acabou tornando-se uma das obras de maior importância para a catalogação. Em 1960, já na função de editor do código revisado, publicou uma relação com várias propostas de modificações que resultaram na publicação, em 1967, do *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR), nas versões britânica e norte-americana, cuja tradução e adaptação para o português deu-se em 1969. (SANTOS; CORRÊA, 2009).

A concepção do código tem como marco a conferência de Paris ocorrida 8 anos antes, em 1961. Primeiro evento organizado com o intuito de se chegar a uma normalização internacional para a representação de registros, a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação ou, como ficou conhecida, Conferência de Paris, contou com participantes de mais de 50 países e representantes de 12 organizações internacionais, cada uma com seu próprio código de catalogação. Tais códigos foram modificados de acordo com as recomendações a que se chegou após as discussões ocorridas na conferência (MEY; SILVEIRA, 2009).

Tillet (2003) menciona a importância da Conferência de Paris e dos princípios nela apresentados por Lubetzky:

Os princípios básicos elaborados e defendidos por ele serviram de base para discussão com seus colegas [...] para desenvolver uma Declaração de Princípios, em 1961, em Paris, resultando nos famosos “Princípios de Paris”. Os “Princípios de Paris ainda são hoje os princípios subjacentes e inseridos em quase todos os códigos de catalogação usados ao redor do mundo (tradução livre) (TILLET, 2003, apud CORRÊA, 2008, p. 35).

Apesar do marco que foi o surgimento do AACR, suas regras deixavam muita margem para a subjetividade e interpretações dos catalogadores. Nesse sentido, a *International Federation of Library Associations and Institutes* (IFLA) ou Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas, criou um grupo de estudos destinado a estabelecer uma proposta de padronização internacional para a catalogação, com relatório apresentado no *International Meeting of Cataloguing Experts*, em 1969, e que gerou o documento base do *International Standard Bibliographic Description* (ISBD) ou Padrão Internacional de Descrição Bibliográfica, sobre o qual o AACR passou a ser estruturado, disparando um processo de revisão que culminou com a publicação de sua segunda versão (AACR2).

O caminho percorrido não foi simples, pelo contrário, foi marcado por questionamentos, discussões, atualizações e adaptação das regras e orientações a realidades locais e globais, cada vez mais mutáveis. Catalogadores tiveram que se adaptar a tais mudanças, estivessem nos países de origem do código ou naqueles que o importaram.

2.2 O Código de Catalogação Anglo-Americano e o padrão ISBD

O AACR2 encontra-se dividido em duas partes. A primeira parte diz respeito à descrição dos recursos informacionais. Na segunda parte encontram-se as regras referentes aos pontos de acesso, títulos uniformes e remissivas. Também inclui um apêndice e um índice.

Para os fins desta pesquisa interessam o capítulo 1, que trata das regras gerais de descrição, o capítulo 7, destinado aos filmes cinematográficos e gravações de vídeo e os capítulos da parte 2.

O AACR surgiu em meio a uma época onde a representação da informação era feita em fichas de papel que, reunidas em gavetas, eram acessadas pelos usuários das bibliotecas, conforme podemos observar na Figura 1.

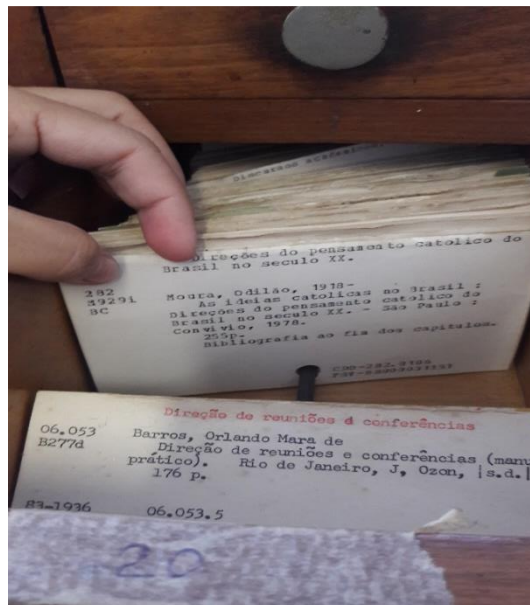
Figura 1 – Armário catalográfico



Fonte: Acervo pessoal.

Tais fichas, medindo 7,5 cm de altura por 12,5 centímetros de comprimento, eram datilografadas e agrupadas por ordem alfabética ou por outras características como nomes de autores, assuntos e títulos (SERRA; SEGUNDO, 2017) (Figura 2).

Figura 2 – Fichário catalográfico



Fonte: Acervo pessoal.

Daí decorre o fato de muitas de suas regras terem sido elaboradas tendo em mente o espaço limitado das fichas, como a conhecida regra dos três autores, por exemplo, que orienta, em caso de autoria de obra decorrente de mais de três pessoas, registrar apenas a primeira.

O ISBD constitui-se no alicerce sobre o qual as regras prescritas no AACR2 estão

estruturadas. Ele corresponde a um padrão de descrição criado em 1969 e que dividiu as informações bibliográficas em oito áreas, cada uma delas constituídas por seus respectivos elementos (MEY; SILVEIRA, 2009).

O surgimento do ISBD decorreu de limitações e lacunas presentes na primeira versão do AACR, pois apesar do avanço deste no apontamento de caminhos para a adoção de uma catalogação a nível internacional, seu texto deixava muita margem para a subjetividade dos catalogadores, acarretando distanciamento do desejo de padronização presente na comunidade internacional. Nesse sentido o padrão ISBD surge e, a partir dele, reformula-se o AACR, culminando na criação e publicação da segunda versão do Código, o AACR2.

A importância da descrição bibliográfica de padrão internacional é atestada por Machado (2015, p. 53) quando defende que o ISBD “constitui-se como um importante documento na área de catalogação por ser a base essencial em que foram desenvolvidos os códigos de catalogação, assim como os princípios internacionais de catalogação”. Mey e Silveira (2009) também dissertam sobre a importância do padrão, afirmando que o ISBD

[...] representou um acordo no caminho da padronização. Todos os países se dispuseram a usá-la e esta aceitação internacional acarretou mudanças nos códigos de catalogação, que incorporaram essas normas em novas edições. Acabou-se a era dos códigos nacionalistas, da catalogação individualista, das decisões pessoais. Mas não da catalogação individualizada, adequada aos diferentes universos de usuários. Isto porque a ISBD deixa claro que, o conjunto completo de elementos deveria ser incluído nas bibliografias nacionais, mas caberia a cada biblioteca a decisão sobre os elementos necessários e adequados para seu próprio uso. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 80).

Designado de ISBD(M) – para monografias – o padrão, após exame detalhado, mostrou-se controverso e inadequado, ensejando sua revisão e a publicação de uma nova versão, mais ampla. Posteriormente surgiram outros ISBDs, variando de acordo com o tipo de suporte no qual a informação encontrava-se registrada. Dessa forma é que surgiram o ISBD(A), destinado a obras raras; o ISBD(NBM), para materiais multimídia; o ISBD(PM), representando a música impressa; o ISBD(CM) para materiais cartográficos e o ISBD(CF) para arquivos de computador, todos orientados por um padrão geral denominado ISBD(G) (BYRUM, 1995).

A primeira área do ISBD é a de título e indicação de responsabilidade, que trata do nome pelo qual a obra é conhecida e de seus responsáveis (autores, tradutores, colaboradores, entre outros); a segunda é a área de edição; a terceira trata dos detalhes específicos do material, destinada a materiais cartográficos, música, recursos eletrônicos, microformas e recursos contínuos; a quarta é a área de publicação e distribuição, destinada à identificação dos

responsáveis pela publicação da obra, o local e o ano em que esta se deu; a quinta área é a de descrição física que, como indica o nome, destina-se à descrição das características físicas do item informacional (número de páginas, dimensões, entre outras); a área que se segue é a de série, com título, indicação de responsabilidade e numeração próprios; a sétima área é a de notas, onde registram-se informações complementares e julgadas necessárias à identificação do recurso pelo usuário; a última área compreende o número internacional normalizado e as modalidades de aquisição.

Para cada uma das áreas acima são prescritas fontes de informação próprias, coincidentes ou não, que podem ou não estar dentro do próprio item: página de rosto, outras preliminares, colofão, toda a publicação e qualquer fonte.

De fato, foi a partir do ISBD que ocorreu a reestruturação do AACR, de forma que chegasse à sua estrutura atual. Nela, os filmes em DVD têm suas regras de descrição prescritas no capítulo 7:

[...] as regras deste capítulo dizem respeito à descrição de filmes cinematográficos e gravações de vídeo de todos os tipos, incluindo filmes completos e programas, compilações, “trailers”, noticiários televisivos e cinematográficos, cenas de arquivo e material não editado. (CÓDIGO..., 2004, 7-2).

O texto segue com a apresentação das fontes de informação para os filmes cinematográficos e gravações de vídeo. As regras gerais de descrição são, então, prescritas, remetendo ao capítulo 1, no qual encontram-se estruturadas. Em seguida são apresentadas as regras referentes a cada uma das áreas do padrão ISBD e às particularidades que competem aos recursos de que trata o capítulo.

Percebe-se, entretanto, que, embora suas regras contemplem diferentes suportes para os registros do conhecimento, no AACR2 elas surgem tendo como norte a representação de livros e folhetos o que, naturalmente, ocasiona limitações para a representação de materiais com características diversas destes. O passar do tempo também fez surgir novas maneiras de produzir, acessar e utilizar a informação, o que impactou diretamente tanto o catálogo quanto nas mídias e suportes aos quais seus registros referem-se.

2.3 O MARC

No que concerne aos catálogos, estes passaram a ser produzidos e acessados através dos computadores. Para isso foi necessário desenvolver formatos e programas que permitissem

que as informações bibliográficas pudessem ser acessadas. Isso não seria possível simplesmente digitando os elementos dos registros no computador, já que este necessita de um meio em que interprete as informações catalográficas que recebe. (FURRIE, 2000). Zafalon (2010) complementa:

O computador deve ter assistência para ler e interpretar um registro bibliográfico por meio de marcações. Se um registro bibliográfico foi marcado corretamente e salvo em um arquivo de computador, programas de computador podem ser utilizados para pontuar e formatar a informação corretamente para impressão em uma ficha catalográfica ou para mostrar a informação na tela do computador. Programas podem ser usados para pesquisar e recuperar certos tipos de informação em campos específicos, e também para mostrar listas de itens encontrados em um critério de busca. (ZAFALON, 2010, p. 17).

Chegou-se então ao padrão de Metadados *MAchine Readable Cataloguing Record* (MARC), isto é, um registro catalográfico legível por computador (FURRIE, 2000). Sua importância deve-se ao fato de atuar na prevenção à duplicidade de trabalho no exercício da catalogação, uma vez que seus registros podem ser compartilhados entre diferentes bibliotecas, evitando que um item seja catalogado do início várias vezes. Adotar o MARC é dar padronização aos seus registros bibliográficos, além de abrir portas para que os processos de automação das bibliotecas ocorram de maneira satisfatória, uma vez que muitos softwares de gerenciamento de acervos são pensados e fabricados para trabalhar com o formato MARC (ZAFALON, 2010).

O formato MARC foi desenvolvido em 1960 pela *Library of Congress* (LC) recebendo, à época, o nome de *LC MARC*. De acordo como Rowley (1994), seu objetivo era “a comunicação de descrições bibliográficas em formato legível por computador, de tal modo que seus registros [da LC] pudessem ser formatados para atender a qualquer objetivo imaginável.” (ROWLEY, 1994, p. 77).

Zafalon (2010) define o formato MARC como:

[...] um sistema de uso de breves números, códigos e símbolos dentro da catalogação do registro, propriamente dito, para marcar diferentes tipos de informação. O formato original da LC MARC evoluiu para o MARC 21 e foi, anteriormente, o formato usado por muito programas computacionais de bibliotecas. O formato MARC 21, bem como toda a documentação oficial do MARC 21, é mantido pela *Library of Congress*. É publicado como *MARC 21 Format for Bibliographic Data* (ZAFALON, 2010, p. 18).

Embora, à época de sua criação, não tenha sido nomeado como tal, o MARC constitui-se em um padrão de metadados que abrange o universo bibliográfico. Seu surgimento

foi motivado pela necessidade de criar uma forma de intercambiar registros bibliográficos entre diferentes bibliotecas do mundo inteiro através de uma estrutura descritiva pautada em padrões que permitissem essa troca de informações bibliográficas (ALVES; SANTOS, 2013).

Um registro bibliográfico elaborado a partir do formato MARC é composto por várias marcações, que são as partes que o compõem o registro, a saber: os campos, as etiquetas, os subcampos, os códigos de subcampo e a designação de conteúdo (ZAFALON, 2010).

Podemos assim definir cada uma das partes componentes de um registro MARC: o **campo** constitui-se na parte em que são encontradas informações sobre a obra que está sendo catalogada. Assim, há o campo título, o campo autor e o campo série, dentre outros. Esses campos são divididos em subcampos, que contemplam elementos que constituem cada um dos campos. (ZAFALON, 2010). Já as **etiquetas**, constituem-se em um número de três dígitos, associado a cada campo, e que também pode ser chamado de TAG. Um campo pode ser definido por um **indicador**, duas posições de caracteres colocados na sequência de cada etiqueta ou TAG, com exceção do intervalo compreendido dos campos 001 ao 009. Dependendo do campo, ambas as posições do indicador podem ser utilizadas, ou apenas uma ou nenhuma. Tais indicadores tem valores que vão de 0 a 9. Já os **subcampos** são os vários elementos que compõem um campo, por exemplo, o subcampo extensão, que integra o campo de Descrição Física. Cada subcampo é representado por um código composto por uma letra minúscula precedida por um delimitador, que é um caractere utilizado para separar subcampos. As TAGs, indicadores e códigos de subcampo são os três tipos de designadores de conteúdo (ZAFALON, 2010). O Quadro 1, a seguir, ilustra as etiquetas mais frequentemente usadas:

Quadro 1 – TAGSs MARC mais utilizadas e elementos correspondentes

TAG	ELEMENTO DA DESCRIÇÃO
020	<i>International Standard Book Number (ISBN)</i>
100	Entrada principal por nome pessoal
245	Informação de título (inclui título, subtítulo e indicação de responsabilidade)
250	Edição
260	Dados da publicação
300	Descrição física
490	Série
520	Sumário
650	Cabeçalho de assunto
700	Entrada adicional de nome pessoal

Fonte: adaptado de Zafalon (2010).

O MARC foi elaborado com o olhar no AACR2. Basta verificar que o preenchimento dos dados de um registro elaborado a partir do padrão de metadados segue a lógica dos campos das fichas catalográficas de outrora, cuja descrição e padronização obedeciam ao AACR2.

O MARC é decorrência do avanço das tecnologias e das várias mudanças decorrentes na forma de gerar e acessar registros do conhecimento. A intensidade dessas mudanças atingiu o AACR2 de forma que este foi colocado em processo de revisão, mais uma vez. Oliver (2011) nos ajuda a compreender a necessidade desse processo:

As AACR foram originalmente elaboradas num ambiente de materiais majoritariamente impressos e de catálogos em fichas. Mantiveram-se como norma de catalogação em uso ativo durante décadas devido a seu processo de revisão. Quando havia mudanças nas práticas de publicação ou quando os catalogadores defrontavam com novas situações, o processo de revisão mantinha o código de catalogação atualizado. O advento dos catálogos em linha e dos recursos eletrônicos trouxe muitas modificações importantes para as AACR2, a fim de responder aos desafios de um ambiente em mudança. A certa altura, ficou parente que era preciso refazê-las por completo. (OLIVER, 2011, p. 46).

As considerações advindas durante os processos de revisão feitos pelo comitê revisor do AACR2 resultaram em uma nova proposta de código de catalogação: o RDA. Assim sendo o próprio comitê teve sua nomenclatura alterada para *Joint Steering Committee for Development of RDA* - Comitê Diretor Conjunto para Desenvolvimento do RDA. Sobre o exposto até aqui e compreendendo a necessária evolução da catalogação, abordaremos no capítulo seguinte como isso ocorreu.

3 PARA ONDE CAMINHA A CATALOGAÇÃO

No mundo atual diferentes conteúdos, mídias e suportes desempenham o papel de recursos informacionais. A dependência do livro impresso foi superada e, agora, a informação encontra na rede mundial de computadores sua principal via para ser produzida, circulada e disseminada. Tal transformação impactou diretamente a razão de ser das bibliotecas e as fez repensar e aprimorar seus objetivos e instrumentos, utilizando as tecnologias como parceiras e não exterminadoras do futuro, como pregam os mais pessimistas.

Os catálogos não poderiam passar incólumes a essas mudanças, já que comunicam ao usuário os recursos destinados à satisfação de suas necessidades. Dessa forma, repensá-los tornou-se uma tarefa urgente, uma vez que a ciência por trás de sua elaboração ainda estava condicionada à época em que o usuário buscava livros impressos consultando fichas armazenadas em gavetas. É esse processo de mudanças que abordaremos a seguir.

3.1 Os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos

O padrão ISBD e o AACR2 foram desenvolvidos e estruturados, basicamente, tendo como escopo documentos cujo suporte é o papel. Embora orientem para a representação de informações com suportes e mídias diversas, constata-se, até pela própria época de sua concepção, uma maior abrangência para livros e folhetos impressos.

A explosão documental ocorrida após a Segunda Guerra Mundial resultou na produção de materiais informacionais cujos suporte e mídia foram além de textos impressos. O desenvolvimento e a popularização das tecnologias de informação e comunicação possibilitaram o registro, compartilhamento e acesso da informação em diferentes mídias e suportes: ilustrações, vídeos, meio eletrônico, internet, entre outros.

Com o passar do tempo percebeu-se que o AACR apresentava limitações nessa realidade em que o livro impresso divide o protagonismo da representação e do compartilhamento de informações com outros meios, apresentando pouca flexibilidade em suas regras. Notou-se também que o código estava mais voltado a atender as necessidades dos agentes catalogadores e não dos usuários das unidades de informação. Modesto (2007) discorre sobre essa situação:

Mudam-se as características das informações e transformam-se os suportes. A Internet provoca um crescimento na produção de documentos eletrônicos. O AACR (2ª edição) adotado pelas bibliotecas brasileiras encontra-se defasado

em relação à descrição de novos suportes, como CD-ROM, disquetes, e documentos eletrônicos. Bibliotecários discutem a questão do tratamento de recursos da Internet, procuram desenvolver procedimentos que permitam organizar e recuperar informações nela disponíveis. Há necessidade de novos padrões; trata-se de um tipo de nova velha situação, ou seja, como facilitar o acesso a esses recursos se não se conta com padrão de descrição? (MODESTO, 2007, p. 14).

Nesse sentido começou-se a pensar em formas de representação realmente pautadas na satisfação das necessidades dos usuários da informação e que possibilitassem abarcar a variedade de suportes informacionais surgidos a cada instante. Outrossim foi criado um modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento (E-R) para contemplar a nova realidade. As palavras de Moreno e Márdero Arellano (2005, p. 23-24, grifo dos autores) falam sobre esse processo de criação:

Ao longo de oito anos, o grupo de estudos oriundo da Seção de Catalogação e da Seção de Classificação e Indexação da IFLA, com a colaboração de consultores e voluntários de várias nacionalidades, desenvolveu os FRBR, apresentando um relatório final em 1998, configurando uma recomendação para **reestruturar** os registros bibliográficos de maneira a refletir a estrutura conceitual de **buscas** de informação, levando em conta a diversidade de:

- a) usuários – usuários da biblioteca, pesquisadores, bibliotecários da seção de aquisição, publicadores, editores, vendedores;
- b) materiais – textuais, musicais, cartográficos, audiovisuais, gráficos e tridimensionais;
- c) suporte físico – papel, filme, fita magnética, meios óticos de armazenagem, etc. e
- d) formatos – livros, folhas, discos, cassetes, cartuchos, etc. que o registro possa conter.

Surgem assim os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), também conhecidos como Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos, modelo conceitual pautado na identificação de entidades bibliográficas e nas relações entre elas e que tem servido de norte para a elaboração de códigos de catalogação na contemporaneidade, como atestam Mey e Silveira (2009, p. 17-18):

Ressalte-se que os FRBR não são um código de catalogação e, em consequência, não descrevem a forma de apresentação dos elementos descritivos: trata-se de um modelo conceitual. Portanto, os FRBR não invalidam a utilização dos códigos de catalogação, ISBD, formato MARC e assemelhados. Pelo contrário, os FRBR se tornaram a base conceitual utilizada para o aprimoramento de tais normas, regras e formatos.

O modelo FRBR estrutura-se em torno de três conceitos fundamentais: as entidades dos registros bibliográficos, os atributos das entidades e as relações entre elas. Para

Mey e Silveira (2009)

[...] o aspecto mais importante são as **entidades**, que abrem um novo tipo de abordagem dos registros bibliográficos. Não há uma definição clara de ‘entidade’ nas apresentações do modelo E-R. De maneira quase informal, retirando termos de vários textos, pode-se dizer que entidade é uma ‘coisa’, ‘conjunto de artefatos’, ‘ser’, ou ‘algo da realidade moldada’ com características comuns que permitem identificá-las entre outras entidades. (MEY, SILVEIRA, 2009, p. 18, grifo das autoras).

São três os grupos de entidades que compõem o modelo FRBR: o primeiro diz respeito aos produtos do trabalho intelectual ou artístico (obra, expressão, manifestação e item); o segundo diz respeito às entidades representativas dos responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico bem como sua guarda e divulgação (pessoa e entidade coletiva); o terceiro refere-se às entidades que são assuntos dos quais tratam as entidades anteriores (conceito, objeto, evento, local e as próprias entidades dos grupos anteriormente citados. (SANTOS; CORRÊA, 2009).

A respeito das entidades constituintes do primeiro grupo, faz-se necessário elucidar seus conceitos:

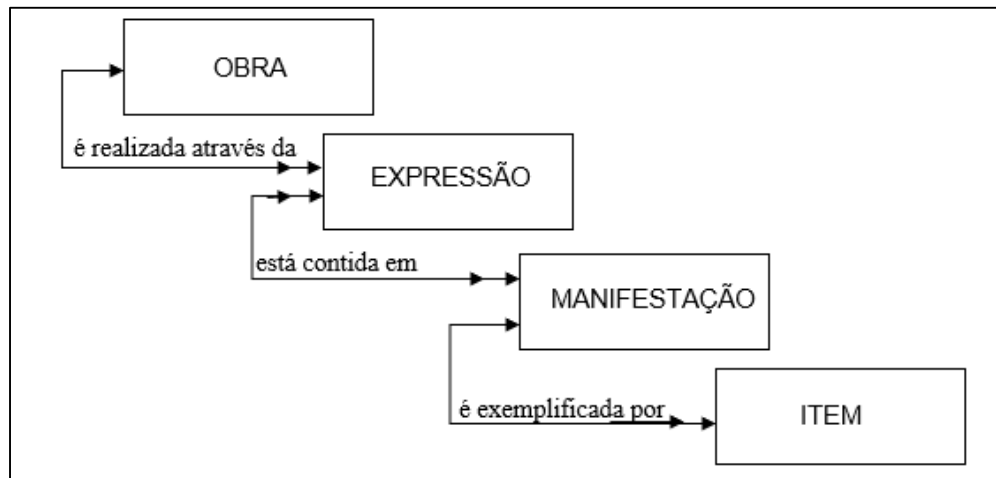
Obra é uma entidade abstrata, *uma criação intelectual ou artística distinta*. A entidade **Expressão** de uma obra é a *realização intelectual ou artística específica que assume uma obra ao ser realizada*, excluindo-se daí aspectos da alteração da forma física. Uma **Manifestação** é a *materialização da expressão de uma obra*, ou seja, seu suporte físico, que podem ser livros, periódicos, kits multimídia, filmes, etc, que é representada pelo **Item**, um *único exemplar de uma manifestação*. As duas últimas entidades *refletem a forma física*, são entidades concretas, enquanto as duas primeiras refletem o conteúdo intelectual ou artístico. (MORENO; MÁRDERO ARELLANO, 2005, p. 27).

Também é fundamental o entendimento dos atributos e relações, sendo os primeiros definidos como

[...] características das entidades, que se podem desdobrar nos já conhecidos ‘elementos da representação’; por exemplo, o atributo ‘título’ pode desdobrar-se em: título principal, título uniforme, título da capa, entre outros. As relações, fundamentos dos catálogos e dos bancos de dados, se fazem entre as entidades. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 18).

A Figura 3, a seguir, ilustra a relação existente entre as entidades do primeiro grupo.

Figura 3 – Relações bibliográficas primárias



Fonte: (MEY; SILVEIRA 2009, p. 26).

Os FRBR definem quatro tarefas de usuário, entendidas como passos imprescindíveis percorridos por este durante a consulta aos recursos informacionais. Essas tarefas são: encontrar, identificar, selecionar e obter. Na primeira os dados bibliográficos registrados são utilizados de forma que o usuário encontre recursos informacionais que venham ao encontro dos critérios por ele estabelecido em sua busca; na segunda os dados recuperados são utilizados de forma que se possa identificar uma entidade; na terceira ocorre a seleção da entidade adequada às necessidades do usuário; por fim, na última, obtém-se acesso à entidade descrita através da utilização dos dados, encomendando-a ou adquirindo-a (MORENO; MÁRDERO ARELLANO, 2005).

Corrêa (2008, p. 42) esclarece que a intenção da aplicação do modelo FRBR às bases de dados é justamente “implementar os elos de ligação existentes nos catálogos manuais, anteriormente, as remissivas simples, cruzadas e explicativas, além dos conceitos que visam ao entendimento único das regras, minimizando as diferenças de interpretação”.

3.2 A representação da informação no RDA

Com o intuito de dar conta da representação de documentos na contemporaneidade, especialmente no meio digital, está em fase de implantação o RDA, código de catalogação estruturado sobre o modelo conceitual FRBR e que substituirá o AACR2. Sua nomenclatura foi assim composta pelo fato de se tratar de o código “ser mais abrangente do que os outros códigos de catalogação existentes e por propor um padrão inovador para descrever recursos e por ser projetado para acesso e uso em ambientes digitais” (HATSEK; HILLESHEIN, 2013, p. 6).

Com o surgimento dos FRBR, todo o código AACR2 passou por uma revisão visando à sua adequação ao modelo conceitual. Entretanto, percebeu-se, conforme avançavam as discussões em torno da revisão, que o alvo visado se afastava substancialmente do AACR2. Dessa forma, ao invés de uma nova edição do código (a pretendida AACR3) optou-se pela elaboração de um novo conjunto de regras, capaz de superar o conceito da catalogação restrito às bibliotecas e que desse conta da representação da informação em meios digitais. “Apesar de manter uma forte relação com a AACR2, o RDA dela difere e muito, devido ser baseado numa estrutura teórica, ter sido projetada para o ambiente digital e seu escopo ser mais abrangente do que os da AACR2.” (OLIVER, 2011. p. 1). Enquanto no AACR2 há a preocupação com a disposição com que os dados bibliográficos são apresentados, o RDA mantém seu foco no conteúdo de tais dados.

Os códigos de catalogação, de uma maneira geral, preocupam-se mais com o uso dos catálogos por parte dos profissionais envolvidos no processo, os bibliotecários, do que com os usuários que acessam os catálogos, seja em meio físico ou digital. O padrão RDA busca transformar essa realidade. Projetado para o meio digital, sua intenção é dar à catalogação uma nova roupagem, a começar pelo próprio meio de acesso à sua estrutura e organização, que supera o formato impresso.

Em 2010 foi lançado o RDA *Toolkit*, ferramenta on-line que exige assinatura para seu acesso e na qual é possível acessar não só toda a estrutura do RDA como também várias ferramentas que podem ajudar na catalogação, dentre as quais também está a versão atualizada do AACR2R (ASSUMPÇÃO, 2013).

Sobre o RDA *Toolkit*, Oliver (2011) complementa:

[...] consiste em documentos e programas de computador. O documento mais importante é o texto da própria RDA. O Toolkit também contém documentos afins, como o texto integral da AACR2, e outros que descrevem em linhas gerais o modelo e o conjunto de elementos RDA, como o diagrama entidade-relação. Há várias formas de navegar ou fazer buscas no Toolkit, bem como de alterar a exibição. O Toolkit inclui fluxos de trabalho e mapeamentos [tabelas de correspondências], características que apoiam a integração do RDA ao trabalho diário. Também existe a liberdade de criar e incluir arquivos e documentos personalizados. (OLIVER, 2011, p. 91).

Ainda em fase de implantação, o padrão RDA já é apontado como o futuro da representação descritiva e exigirá dos profissionais envolvidos na representação da informação um novo olhar para a realidade, o abandono de certas práticas e a incorporação do pensamento de que o mais importante para a representação da informação é a satisfação das necessidades do usuário. Como afirma Oliver (2011, p. 2) “trata-se de uma norma projetada para focar a

atenção no usuário e nas tarefas que ele executa no processo de descobrimento de recursos. A finalidade de registrar dados é apoiar as tarefas do usuário”. As tarefas do usuário que utilizam dados bibliográficos são: encontrar, identificar, selecionar e obter, assim definidas:

[...] *encontrar* entidades que correspondem aos critérios de busca formulados pelo usuário (isto é, localizar tanto uma única entidade quanto um conjunto de entidades num arquivo ou base de dados como resultado de uma busca que empregue um atributo ou relação de entidade); [...] *identificar* uma entidade (isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares); [...] *selecionar* uma entidade que seja apropriada às necessidades do usuário (isto é, escolher uma entidade que atenda aos requisitos do usuário no que se refere a conteúdo, formato físico, etc., ou recuar uma entidade que seja inadequada para as necessidades do usuário); [...] *adquirir* ou obter acesso à entidade descrita (isto é, adquirir uma entidade por meio de compra, empréstimo, etc., ou ter acesso eletronicamente a uma entidade por meio de uma conexão em linha com um computador remoto). (OLIVER, 2011, p. 20, grifo da autora).

Enquanto o AACR2 volta suas atenções para o modo de apresentação das representações descritivas e preocupa-se apenas com o suporte no qual a informação encontra-se registrada, o RDA busca relacionar o suporte, o tipo de mídia e o conteúdo que é representado em cada obra. Assim supera-se os limites encontrados no AACR2, que não dava margem para a adequada representação de certas mídias e não deixa claro a separação entre essa e seu suporte, além de outras limitações como a descrição de novos tipos de recursos, conforme atesta Oliver (2011):

As AACR foram desenvolvidas originalmente como um código de catalogação de livros e periódicos impressos, bem como outros documentos em papel. Embora regras destinadas a outras mídias hajam sido enxertadas no código, nunca houve uma metodologia coesiva e logicamente coerente da descrição de conteúdo, mídia e suporte. (OLIVER, 2011, p. 3).

A estrutura do RDA é composta por duas partes: na primeira encontramos o registro dos atributos das entidades e na segunda o registro do relacionamento entre as entidades. A primeira parte é composta por quatro seções, ficando seis seções para a segunda parte. Também integram a estrutura um conjunto de 12 apêndices com orientações que servem de complemento para as seções, além de mapear outros padrões bibliográficos além do RDA, traçando relações (ASSUMPÇÃO, 2013).

O Comitê Misto para Desenvolvimento do RDA nos apresenta as principais vantagens do novo código de catalogação:

- a) enfoca a informação necessária para descrever um recurso;
- b) os usuários são capazes de usar o conteúdo do RDA com esquemas

codificados, como: Dublin Core, MARC 21, Metadata Object Description Standart [sic] (MODS), entre outros;

- c) a estrutura está construída a partir dos modelos conceituais dos FRBR e FRAD, ajudando os usuários do catálogo a encontrar com mais facilidade a informação que necessitam;
- d) provê uma estrutura flexível para a descrição de conteúdo de recursos digitais, atendendo as necessidades das bibliotecas na organização de recursos tradicionais;
- e) provê uma adaptação às tecnologias de bases de dados emergentes, tornando as instruções mais eficientes no levantamento, armazenagem e recuperação de dados;
- f) trabalha sobre os pontos fortes do AACR2, ou seja, os registros criados, usando o RDA, serão compatíveis com os registros AACR2, sendo assim os catalogadores não precisam catalogar novamente os registros antigos. As instruções do RDA para escolha e forma de entrada originam-se das instruções constantes do AACR2. Enquanto a forma de alguns cabeçalhos mudou com o RDA, a implementação de mudanças é facilitada por sistemas on-line cada vez mais sofisticados. (JOINT, 2007 apud HATSEK; HILLESHEIN, 2013, p. 8).

O RDA vem, pois, ao encontro da nova realidade na qual estamos inseridos, em que a comunicação se dá, cada vez mais por meios não físicos, em redes que conectam pessoas com aquilo que desejam. Além disso, o novo padrão vai além das paredes das bibliotecas, uma vez que pode ser utilizado em ambientes diversos. Editoras e livrarias já partilham da experiência de utilizar o padrão RDA para satisfazer suas necessidades, o que não era possível com o AACR2.

No capítulo, a seguir, é traçado o percurso metodológico necessário à consecução do estudo comparativo entre o AACR2 e o RDA.

4 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos de uma pesquisa é necessária a delimitação do instrumental metodológico que, uma vez definido e implementado, permitirá encontrar respostas que satisfaçam a consecução de tais objetivos. Nesse sentido a metodologia constitui-se na forma e operacionalização da pesquisa, por meio dos métodos e técnicas (DIEHL; TATIM, 2013).

À luz dos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como sendo do tipo exploratória e descritiva. Exploratória por ater-se a uma temática pouco abordada em pesquisas e pelo fato de o autor deste trabalho estar vivenciando suas primeiras experiências no universo da pesquisa científica. Estas são características corroboradas por Gil (2008) quando afirma que a finalidade de um estudo exploratório é “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. (GIL, 2008, p. 27).

Constitui-se, ainda, como pesquisa descritiva, uma vez que serão descritas as características de um fenômeno bem como a relação entre suas variáveis (DIEHL; TATIM, 2013). O fenômeno a ser descrito em questão é a catalogação e as variáveis são as diferentes partes que caracterizam os registros bibliográficos.

No que se refere à abordagem, configura-se como de caráter qualitativo, por possibilitar

[...] descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de dado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (DIEHL; TATIM, 2013, p. 52).

Os autores Patrício et al. (2000) apresentam algumas das principais características da pesquisa qualitativa. Dentre elas citam:

- a) os dados são coletados, preferencialmente, no contexto em que os fenômenos são construídos;
- b) a análise dos dados é desenvolvida, de preferência, no decorrer do processo de levantamento deles;
- c) os estudos apresentam-se em forma descritiva, com enfoque na compreensão e na interpretação à luz dos significados dos próprios sujeitos e de outras referências afins da literatura. (PATRÍCIO et al., 2000, apud DIEHL; TATIM, 2013, p. 52).

O método utilizado nesta pesquisa é o comparativo, uma vez que serão feitas

comparações entre os registros bibliográficos elaborados em AACR2 e em RDA, averiguando suas semelhanças e explicando as divergências. Específico das Ciências Sociais, este método, segundo Marconi e Lakatos:

[...] permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. [...]. É empregado em estudos de largo alcance [...] [bem] como para estudos qualitativos [...] e quantitativos [...]. Pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação [...]; finalmente, em nível de explicação, pode, até certo ponto, apontar vínculos casuais, entre os fatores presentes e ausentes. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 89-90).

O material de trabalho desta pesquisa são o AACR2 e o RDA, em cujo conteúdo buscaremos as partes que tratam dos dados bibliográficos apontados para a descrição de filmes em DVD.

O instrumento utilizado para a coleta de dados é a pesquisa documental. Segundo Diehl e Tatim (2013) por valer-se de “materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo do trabalho” (DIEHL, TATIM, 2013, p. 59).

A análise e o tratamento dos dados coletados ocorrerão conforme os objetivos determinados para a pesquisa, com auxílio da base teórica adotada. Para apurar e quantificar as informações adquiridas, vamos utilizar a técnica de análise de conteúdo definida por Bardin (2011) como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 48).

Conforme a autora, a técnica da análise de conteúdo é realizada em três fases, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira etapa refere-se à organização dos documentos e, para tal, envolve: a escolha dos que serão submetidos para análise, a formulação de hipóteses e objetivos e elaboração de indicadores que servirão de base para a interpretação final (BARDIN, 2011). Serão verificadas quais as regras do AACR2 e quais instruções do RDA se aplicam à descrição de filmes em DVD.

Na segunda etapa proceder-se-á à exploração do material, com a elaboração de exemplos ilustrativos uma baseados no AACR2 e no RDA. Também serão apresentados alguns

registros em formato MARC, de forma que a comparação dos resultados apresentados seja visualizada junto aos delimitadores de conteúdo do mesmo.

Na terceira etapa os exemplos serão comparados. Serão elencadas e discutidas as mudanças que o RDA traz face aos registros bibliográficos elaborados em AACR2. A análise e as comparações permitirão verificar como tais mudanças impactam na forma com que os usuários da informação interpretam os registros do conhecimento.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Ao consultarmos o RDA ficam claros os avanços nos registros para filmes em DVD frente ao AACR2. O próprio texto do novo código deixa clara sua intenção em promover uma descrição flexível, adaptável e que permita ao usuário desempenhar com eficiência e eficácia as tarefas oriundas da família FRBR. Enquanto o AACR2 traz um conjunto de “regras”, o RDA prefere o termo “diretrizes” ou “instruções”, o que denota seu intuito em dar flexibilidade às descrições. Prova disso é o apontamento, em seu texto, de diversos documentos complementares que orientam as práticas de catalogação como, por exemplo, a Política de Catalogação da Biblioteca do Congresso Americano.

As análises dadas, a seguir, partem do levantamento das regras do AACR2 para o registro de dados bibliográficos de filmes em DVD e das instruções do RDA para os mesmos recursos. Orientados pelos dois códigos, elaboramos exemplos que ilustram as mudanças ocorridas.

Na primeira coluna, dos quadros elaborados, é informado o dado da descrição atingido pela mudança. Na segunda e terceira colunas constam exemplos ilustrados sob as regras do AACR2 e sob as orientações do RDA, respectivamente.

A forma e o conteúdo dos quadros foram adaptados de Schiff (2010), com a utilização de exemplos ilustrativos para as regras do AACR2 e para as instruções do RDA. Foram utilizadas informações de filmes, reais ou fictícios, escritos em Português, de forma a clarificar o entendimento das diferenças entre os registros, uma vez que os exemplos utilizados no RDA são, em sua maioria, elaborados em língua inglesa.

O AACR2 define gravações de vídeo como “o registro de imagens audiovisuais, geralmente em movimento e acompanhadas de som, destinado a ser visto através de um televisor” (CÓGIDO..., 2002, apêndice D-7) e utiliza esse conceito para abranger os filmes em DVD, com regras definidas no capítulo 7 – Filmes Cinematográficos e Gravações de Vídeo. Já O RDA utiliza a expressão “imagens em movimento” em suas orientações, as quais não estão contidas em um capítulo específico para esse tipo de material, uma vez que o RDA estrutura suas seções a partir dos atributos do modelo FRBR.

Os quadros foram divididos de acordo com as áreas do padrão ISBD. Embora o RDA seja uma norma de conteúdo e não de apresentação de dados, optou-se por essa divisão, já que as áreas do padrão ISBD agrupam dados que se referem a elementos similares, o que facilita a compreensão das mudanças ocorridas.

Desse modo, começamos seguindo a estrutura apresentada no AACR2, que abrange

de início as regras gerais de descrição, onde apontaremos, no Quadro 2, as mudanças concernentes a filmes em DVD.

Quadro 2 – Regras gerais de descrição

Abrangência	AACR2	RDA
1 Elementos adjacentes registrados entre colchetes	[Rouge : a festa dos seus sonhos]	[Rouge] : [a festa dos seus sonhos]
2 Ponto final presente em um elemento ou área	2. ed. <i>Registrado conforme aparece na fonte de informação.</i>	2. ed.. <i>Registrado conforme aparece na fonte de informação.</i>
3 Incorreções	Nasse [sic] uma estrela Nasse [i.e. nasce] uma estrela	Nasse uma estrela

Fonte: adaptado de Schiff (2010).

No exemplo 1 vemos a preocupação do RDA em registrar dados claros e inequívocos, separando diferentes elementos de forma que as informações transmitidas pelo registro sejam as menos ambíguas possíveis. É uma tendência que não teve exatamente origem no RDA, mas sim na versão da ISBD consolidada (SCHIFF, 2010). Segmentando diferentes elementos de dados, o RDA propicia condições para uma melhor navegação e visualização dos dados (OLIVER, 2011).

A preocupação em dar a cada dado seu correto registro continua no exemplo 2, uma vez que é demarcada a pontuação que pertence ao elemento registrado e a pontuação que separa diferentes elementos. Ambos não se confundem.

Um dos princípios basilares do RDA é “aceite aquilo que vê” (OLIVER, 2011). Dessa forma, as informações são registradas conforme constam no item que está sendo descrito. Tal princípio torna a descrição mais clara, conforme observado no exemplo 3, em que abreviações inseridas no meio da informação sobre o título desaparecem, dando lugar ao registro fidedigno. A descrição, dessa forma, torna-se mais próxima do usuário final.

As mudanças ocorridas no que concerne à descrição do título e da indicação de responsabilidade dos recursos são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Informações sobre título e responsabilidade

Abrangência	AACR2	RDA
1 Substituição de sinais de pontuação	Se eu soubesse- <i>Na fonte de informação consta: Se eu soubesse...</i>	Se eu soubesse... <i>Na fonte de informação consta: Se eu soubesse...</i>
2 Designação Geral do Material	[gravação de vídeo] [filme cinematográfico]	Tipo de mídia + Tipo de suporte + Tipo de conteúdo (Não mais junto às informações sobre o título)
3 Mais de três responsáveis na mesma indicação de responsabilidade	Downtown Filmes ... [et al.].	Downtown Filmes, Paris Filmes, Riofilme, Globo Filmes, Telecine e Migdal Filmes.
4 Omissões	Virgínia Bentes Pinto <i>No item consta Dra. Virgínia Bentes Pinto (omissão obrigatória).</i>	Dra. Virgínia Bentes Pinto <i>No item consta Dra. Virgínia Bentes Pinto (omissão opcional).</i>
5 Frases substantivadas junto à indicação de responsabilidade	Amor : um drama / pelo Grupo de Teatro da UFC	Amor / um drama pelo Grupo de Teatro da UFC
6 Nome do responsável presente no título ou em outras informações sobre o título	Filmes de Pedro Almodóvar	Filmes de Pedro Almodóvar / dirigido por Pedro Almodóvar

Fonte: adaptado de Schiff (2010).

O princípio “aceite o que vê” surge novamente no exemplo 1 do quadro 3. Ao contrário do AACR2, que determina a substituição de alguns sinais de pontuação, o RDA orienta que os dados sejam registrados conforme o catalogador os encontra no recurso descrito, permitindo a substituição em caso de ambiguidade. Ao mesmo tempo em que busca dar fidedignidade ao registro, o RDA também oferece alternativas ao catalogador mostrando-se, portanto, um código bem mais flexível do que o AACR2.

No exemplo 2 temos uma das mudanças mais significativas trazidas pelo RDA,

especialmente no tocante à descrição de recursos como filmes em DVD. A Designação Geral do Material (DGM) presente no AACR2 dá espaço a três elementos: tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte.

Embora a importância da DGM não seja negada, o conteúdo nela descrito era limitado. Dessa forma, a possibilidade de diferenciar obra, expressão e manifestação nos registros RDA, a partir das informações de tipo de conteúdo, mídia e suporte, fornece subsídios para que o usuário possa encontrar e diferenciar os recursos que satisfarão suas necessidades.

Deixando o espaço aberto para outros tipos de mídia, conteúdo e suporte, o RDA oferece a grande vantagem de abrigar futuros recursos informacionais que ainda nem existem demonstrando, assim, sua adaptabilidade e extensibilidade enquanto padrão de descrição. Tal possibilidade é imprescindível em tempos que as tecnologias atuais são superadas de forma cada vez mais rápida por outras.

Os termos utilizados pela RDA para descrever tipos de conteúdo, mídia e suporte foram escolhidos através de uma parceria do Joint Steering Committee e de representantes da ONIX, uma norma internacional utilizada pela indústria editorial. Esse diálogo para a composição dos termos mostra a preocupação da RDA em ser um padrão de metadados utilizável por outras comunidades de metadados e não apenas as bibliotecas, universo ao qual o AACR2 se limita (OLIVER, 2011, p. 54).

Uma das grandes vantagens do RDA em relação ao AACR2 é que não há limites quanto ao número de dados que podem ser fornecidos em um registro. Dessa forma todos os responsáveis por um recurso podem ser apontados na descrição em RDA, conforme ilustra o exemplo 3, superando o limite estabelecido pela regra de três presente no AACR2, norma que não faz mais sentido uma vez que não mais se trabalha com fichas catalográficas, cujas dimensões determinaram boa parte das regras do Código Anglo-Americano.

A inexistência desses limites permite registrar dados que facilitem a identificação dos responsáveis, como é o caso do exemplo ilustrado na linha 4. Dessa forma o usuário tem uma descrição mais completa, com mais oportunidade de ir ao encontro de suas necessidades. Conforma atesta Oliver (2011):

As descrições e os pontos de acesso não são moldados graças a decisões casuísticas arbitrárias ou devido a convenções para economizar espaço, como a regra dos três. O foco no usuário traduz-se em instruções que realmente servem ao usuário ao registrar dados tendo em mente as suas necessidades. Assim o usuário deve ser mais bem atendido mediante descrições e pontos de acesso que correspondam com maior exatidão às suas necessidades. (OLIVER, 2011, p. 117).

O RDA instrui para que frases substantivadas presentes ao lado da indicação de responsabilidade sejam registradas na indicação de responsabilidade. No AACR2, dependendo da situação, essas frases ora aparecem junto à indicação de responsabilidade, ora junto às informações sobre o título. Assim como o faz em outras situações, nesse caso o RDA oferece a vantagem de simplificar as orientações para o registro de dados, uma vez que tenta diminuir o número de variações em suas instruções, superando o número expressivo de exceções às regras presentes no AACR2. A nova forma reflete o intuito do RDA em registrar dados que possibilitem uma disposição mais precisa (OLIVER, 2011).

No exemplo 6 temos mais um caso da preocupação do RDA em registrar cada informação em seu campo correspondente. No AACR2 a informação sobre autoria não precisa ser indicada, caso já tenha sido apontada no título da obra. Orientando para que cada dado seja registrado em seu respectivo campo, o RDA constrói um registro mais consistente e que facilita o intercâmbio de informações com outros padrões de metadados, tais como o MARC21 e o *Metadata Object Description Schema* (MODS).

Buscamos com o Quadro 4 mostrar como as informações sobre edição são afetadas a partir da adoção das instruções de descrição do RDA.

Quadro 4 – Informações sobre edição

Abrangência	AACR2	RDA
1 Abreviações	ed. ampl.	edição ampliada
2 Números romanos	2. ed. <i>Na fonte de informação aparece II edição.</i>	II edição <i>Na fonte de informação aparece II edição.</i>
3 Números escritos por extenso	3. ed. <i>Na fonte de informação aparece terceira edição.</i>	Terceira edição <i>Na fonte de informação aparece terceira edição.</i>

Fonte: adaptado de Schiff (2010).

As informações relativas à indicação de edição do quadro acima mostram novamente o intuito do RDA em registrar os dados conforme informados na fonte de informação, conforme já discorremos. Observamos isso nos exemplos 2 e 3 do quadro.

O exemplo 1 traz uma mudança significativa do RDA em relação ao AACR2 que é o abandono das abreviações, utilizadas o novo padrão apenas em casos específicos. A adoção da escrita dos dados por extenso oferece a vantagem de tornar as informações menos confusas para o usuário. O entendimento das abreviaturas nem sempre é claro para o usuário final do catálogo. Uma vez abolidas, elas permitem que o registro seja menos da biblioteca e mais do público, o que mostra a preocupação do RDA em aproximar-se da linguagem que é utilizada na Rede, ambiente para o qual ela foi desenvolvida.

O Quadro 5 ilustra os dados relativos às informações sobre a publicação de filmes em DVD.

Quadro 5 – Informações sobre publicação

Abrangência	AACR2	RDA
1 Abreviações e omissões	Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Dept. de Ciências da Informação <i>Na fonte de informação constam: De Fortaleza e Departamento.</i>	De Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências da Informação <i>Na fonte de informação constam: De Fortaleza e Departamento.</i>
2 Dados fictícios e informações adicionais	Belfast [i.e. Dublin] Fortal. [Fortaleza] Cedro [Ceará] Rio [de Janeiro]	Belfast Fortal. Cedro Rio
3 Mais de um lugar de publicação, distribuição, etc.	São Paulo <i>Na fonte de informação constam: São Paulo, Londres e Sidney. Agência catalogadora fica em São Paulo.</i>	São Paulo ; Londres ; Sidney <i>Na fonte de informação constam: São Paulo, Londres e Sidney. Agência catalogadora fica em São Paulo.</i>
4 Ausência do lugar de publicação	[S.l.]	[Lugar de publicação não identificado]
5 Nome da editora,	Videodrama	Videodrama Entretenimento

distribuidora, etc. Forma sucinta Mais de uma editora, distribuidora, etc.	<i>Na fonte consta Videodrama Entretenimento</i>	<i>Na fonte consta Videodrama Entretenimento</i>
	Cinerama	Cinerama ; Multicine
	<i>Na fonte constam Cinerama e Multicine</i>	<i>Na fonte constam Cinerama e Multicine</i>
6 Sem editora	[s.n.]	[editora não identificada]
7 Data de publicação, distribuição, etc.	p2018	[data de publicação não identificada] ©2018
	[entre 2008 e 2018] <i>Intervalos menores que 20 anos</i>	[entre 2008 e 2058] <i>Intervalos ilimitados</i>
	[199-?] [19--?]	[entre 1990 e 1999?] [entre 1900 e 1990?]
	[ca. 2008]	[2008?]

Fonte: adaptado de Schiff (2010).

No exemplo 1 nos deparamos mais uma vez, no registro em RDA, com a possibilidade de registrar quantos dados o catalogador considerar necessários à descrição, sem limites de espaço, diferentemente do que ocorre com os registros feitos a partir do AACR2. Essa vantagem também é verificada no exemplo 3 - em que todos os lugares de publicação, distribuição, etc., são apontados – e no exemplo 5 – onde a forma sucinta do nome da editora responsável dá lugar à forma completa do nome.

Nos exemplos 4, 6 e 7 verificamos outra mudança significativa trazida com o RDA, que é a substituição das abreviações latinas utilizadas para indicar ausência de informações sobre editora e lugar de publicação por expressões que comunicam de forma extensa e clara essa ausência. Dessa forma o RDA mostra seu intento de registrar dados que correspondam à linguagem empregada pelo usuário, dispensando interpretações e possíveis confusões causadas pelas abreviações utilizadas nos registros feitos a partir do AACR2, cujo significado é conhecido pelos bibliotecários, mas não pelo usuário.

Ainda em relação à data, temos que o AACR2 permite a substituição do campo data de publicação pela data de copyright, caso aquela não esteja disponível. No RDA isso não acontece. Cada dado é registrado em seu respectivo campo. A vantagem é a clarificação das informações que são transmitidas, não deixando dúvidas sobre qual dado está sendo tratado e facilitando a comunicação entre diferentes sistemas que utilizem os registros bem como a identificação do recurso pelo usuário, conforme atesta Oliver (2011):

As instruções da RDA para descrição destinam-se a registrar dados claros e inequívocos e de forma que coincidam tanto quanto possível à representação que o recurso faz de si mesmo. As práticas de descrição que serviam como atalhos no ambiente do catálogo em fichas são eliminadas porque não mais atendem adequadamente ao usuário. (OLIVER, 2011, p. 125).

As instruções do RDA mostram-se superam as limitações impostas pelas regras do AACR2, como a questão do intervalo de datas de publicação desconhecidas, conforme verificamos no exemplo 7.

Os aspectos referentes, especificamente, à descrição física de filmes em DVD são destacados no Quadro 6.

Quadro 6 – Informações sobre descrição física

Abrangência	AACR2	RDA
1 Unidades de medida	¾ pol.	12 cm
2 Números romanos	2018	MMM XVIII ou 2018
	<i>Na fonte consta MMXVIII.</i>	<i>Na fonte consta MMXVIII.</i>
3 Pontuação	18 cm.	18 cm
4 Abreviações	v. 1 color.	volume 1 colorido

Fonte: adaptado de Schiff (2010).

O RDA evita ao máximo a utilização de abreviaturas. No AACR2 todas as informações passíveis se abreviação eram assim feitas pelo fato de a norma ser baseada em práticas derivadas da época das fichas catalográficas, fato que resumia informações de forma que elas “coubessem” no registro. O RDA apresenta a vantagem de não se prender a essa limitação, registrando quantos dados forem necessários para melhor identificação do registro, o que facilita a execução das tarefas do usuário.

Permanecem, entretanto, abreviações relativas à duração e dimensões. Estas podem ser adaptadas de acordo com a realidade de cada país da agência catalogadora. A Library of Congress, por exemplo, continua utilizado polegadas nas dimensões dos discos em DVD (uma alternativa dada diante da instrução verificada no exemplo da linha 1, que altera polegadas para centímetros). A utilização de “cm” para centímetros é indicada para facilitar a interoperabilidade entre sistemas, uma vez que se trata de um sistema métrico mais utilizado em diferentes países. Tal instrução mostra que o RDA busca proporcionar alternativas às suas instruções, aproximando-se da realidade de cada instituição e país responsáveis pelos dados sendo, portanto, menos rígida que o AACR2.

O distanciamento do viés anglo-norte-americano pela RDA traz vantagens no nível prático em que se aplicam as instruções em diferentes contextos e em que se produzem descrições que fazem sentido para diferentes populações de usuários. Torna a RDA uma norma mais imparcial. (OLIVER, 2011, p. 126).

No Quadro 7 constam as informações requeridas para informações sobre a série e seus elementos.

Quadro 7 – Informações sobre série

Abrangência	AACR2	RDA
1 Numeração dentro da série	Retratos do Brasil, 5 <i>Na fonte consta Retratos do Brasil, V</i>	Retratos do Brasil, 5 ou Retratos do Brasil, V <i>Na fonte consta Retratos do Brasil, V</i>
2 ISSN da subsérie	Janua linguarum. Series maior, ISSN 0075-3114	Janua linguarum. Series maior, ISSN 0075-3114 ou

<p><i>Na fonte também aparece o ISSN da série.</i></p>	<p>Janua linguarum, ISSN 0446-4796. Series maior, ISSN 0075-3114</p> <p><i>Na fonte também aparece o ISSN da série.</i></p>
--	---

Fonte: adaptado de Schiff (2010).

Verificamos novamente a preocupação do RDA em fornecer quantas informações forem necessárias para clarificar o registro, desambiguizando informações e facilitando a consulta do usuário.

Completando o processo de análise, não poderíamos deixar de mostrar com o registro bibliográfico do MARC seria realizado comparando os dois códigos de catalogação. Para tanto, ilustramos, no Quadro 8, alguns campos do MARC, em destaque, que seriam alterados a partir da aplicação do RDA.

Quadro 8 – Registro dos campos MARC de um filme em DVD

AACR2	RDA
245 00 Vida em duas vias \$h [gravação de vídeo] / Arrojado Comunicações apresenta uma produção de Taurus Filmes ; um filme de Jacira Ventura ; roteiro por Sandra Moura et al. ; produzido por Camila Ventura e Arthur Antunes ; dirigido por Jacira Ventura.	245 00 Vida em duas vias / Arrojado Comunicações apresenta uma produção de Taurus Filmes ; um filme de Jacira Ventura ; roteiro por Sandra Moura, Vitória Lima, Gabriel Lima e Victor Maia ; produzido por Camila Ventura e Arthur Antunes ; dirigido por Jacira Ventura.
300 \$a 1 vídeo-disco (ca. 116 min.) : \$b son., color. ; \$c 8 pol.	300 \$a 1 DVD (aproximadamente 116 min.) : \$b colorido, sonoro ; \$c 20 cm.
	336 \$a imagem em movimento em tridimensional \$b tdi \$2 rdacontent
	337 \$a vídeo \$b v \$2 rdamedia
	338 \$a vídeo-disco \$b vd \$2 rdacarrier
	344 \$a digital \$b ótico \$g estéreo \$2 rda
490 1 \$a [Coleção Cinema Contemporâneo ; \$v v. 2]	490 1 \$a [Coleção Cinema Contemporâneo] ; \$v [v. 2]
511 1 \$a Vicente Gonçalves, Maurício Saboia, Cristiane Silva, Juliana Liberato	511 1 \$a Vicente Gonçalves, Maurício Saboia, Cristiane Silva, Juliana Liberato

Fonte: adaptado de Schiff (2010).

Mostrando sua atualidade, o RDA também aborda o registro de dados que não eram apontados pelo AACR2, nem todos considerados elementos centrais para a descrição, mas que permitem ao usuário selecionar e identificar da melhor forma os recursos de que necessita. São exemplos desses dados: a codificação regional, o padrão de *broadcast*¹ e as notas de premiação, entre outros.

Quanto mais claros os dados registrados, maiores eficiência e eficácia serão atingidas pelo usuário no processo de navegação. Beneficiando o usuário, estarão sendo beneficiadas as instituições responsáveis pela alimentação dos registros, que estarão cumprindo seu papel de fornecer acesso à informação com o auxílio, claro, do bibliotecário, que estará assim cumprindo a missão para a qual sua formação de mediador da informação foi construída.

Dessa forma inferimos que o RDA é o próximo passo dado pela catalogação em seu processo constante de adaptação às ambiências informacionais pelas quais traçou seu percurso histórico. Se Panizzi, Cutter e Lubetzky estabeleceram contribuições marcantes para as épocas em que viveram, marcadas pela predominância de informações presentes no papel e pelo acesso a tais informações através de cadernos e fichas impressas, o RDA começa a deixar sua marca nesse percurso apresentando-se como o fornecedor de respostas ao contexto de produção, representação e circulação da informação no ambiente intangível e flutuante da internet.

A importância do AACR2 é evidenciada quando observamos que, no momento em que os catálogos passaram a ser construídos e consultados em computadores e na internet, suas regras serviram de base para a construção de padrões de metadados como o MARC21, que permite que os dados bibliográficos se tornem legíveis pelas máquinas. Mesmo assim, as limitações na forma e no conteúdo dos dados nunca deixaram de se fazer presentes, envidando reflexões e mudanças.

Analisando o texto do RDA percebemos sua preocupação em corresponder ao modelo conceitual FRBR. Mesmo nas instruções cujo sentido é o mesmo de regras equivalentes no AACR2, a redação demonstra o cuidado em distinguir as entidades obra, expressão, manifestação e item, bem como em orientar para que os registros possibilitem que o usuário desempenhe com eficácia as tarefas designadas no modelo FRBR. O cuidado é mais acentuado nos pontos em que o RDA toca e que eram deixados de lado pelo AACR2.

¹ Compartilhamento/transmissão de mídia em grande escala.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O registro de informações para posterior recuperação pelo usuário é uma das atividades centrais das bibliotecas e demais unidades de informação. Para alcançar êxito nessa tarefa faz-se necessário dispor de instrumentos adequados à sua consecução. Nesse sentido os catálogos têm servido, ao longo da história, como a principal ferramenta destinada a esse fim, pois abrigam os registros dos recursos informacionais disponíveis para uso. Portanto, repensar sua forma e finalidade devem ser tarefas constantes, já que os suportes informacionais evoluíram e se diversificaram, oferecendo alternativas ao papel impresso e transcendendo o limite do tangível.

Com o olhar voltado a essa realidade e observando as mudanças em curso na representação descritiva da informação, em que o código de catalogação AACR2 vai dando espaço ao seu substituto, o RDA, indagamos sobre de que forma os registros de dados bibliográficos de filmes em DVD serão modificados com os novos padrões do RDA. Para elucidar essa questão determinamos como objetivo principal deste estudo analisar como os registros bibliográficos de filmes em DVD serão modificados com os novos padrões do RDA. Para tal realizamos o levantamento das regras do AACR2 e das instruções do RDA relativas ao registro de filmes em DVD; cotejamos os dados registrados com as duas normas visando à identificação das mudanças ocorridas na descrição e discutimos as mudanças e vantagens do RDA para os usuários dos registros bibliográficos.

Percebemos que o Código de Catalogação Anglo-Americano representou um grande marco para a construção de catálogos e que não esteve alheio às demandas de profissionais e usuários envolvidos em sua utilização. Prova disso foram os constantes debates promovidos em torno das regras do Código e que resultaram em modificações trazidas pelo padrão ISBD, por exemplo, e por necessidades que surgiram ao longo do caminho, destinadas à representação satisfatória de uma miríade de suportes informacionais. Esse processo de modificações chegou até sua atual edição – o AACR2.

Aplicando as instruções do RDA para o registro de dados de filmes em DVD percebemos as diferenças e vantagens trazidas por este frente aos registros gerados a partir das regras de seu antecessor, o AACR2, a saber: sua preocupação com o registro de dados claros e inequívocos; a utilização de uma linguagem menos bibliotecária e mais universal, próxima do usuário da Rede; a diferenciação entre conteúdo, suporte e mídia e a construção de termos para estes pautada na flexibilidade, extensibilidade e comunicação com outras comunidades usuárias de dados; a superação do limite espacial para o registro de dados, o qual produzia práticas de

representação informacional que não abarcavam tudo aquilo que o recurso comunica.

Nesse sentido concluímos que os objetivos da pesquisa foram atingidos, já que verificamos e analisamos os registros de filmes em DVD e a forma como foram modificados pelo RDA. Em contato com tais registros, o usuário de dados bibliográficos perceberá que os recursos informacionais que busca foram registrados pensando nele, já que os registros comunicarão de forma clara, concisa e consistente os dados de que necessita para tomar decisões quanto à seleção e utilização desses recursos cujas informações, transformadas em conhecimento permitirão a aplicação na vida do usuário, possibilitando transformações cognitivas, sociais e econômicas.

Outrossim, as bibliotecas precisam dar respostas satisfatórias às questões trazidas por seus usuários e, para tal, necessitam se apropriar das novas maneiras de realizar buscas informacionais, repensando constantemente suas práticas e buscando aproximação com o usuário e com as tecnologias, transformando estas em aliadas e não em ameaças. O RDA, embora imperfeito e com inúmeras questões que necessitam de revisão e desenvolvimento, vai despontando como o código de catalogação que, em breve, será utilizado em um contexto internacional.

Destacamos a necessidade do domínio, ainda que básico, de outro idioma, para a consulta ao RDA, uma vez que este ainda não se encontra disponível em Língua Portuguesa. Esperamos que em breve seja traduzido para nossa Língua e que, no desenvolvimento do código, os exemplos utilizados para ilustrar suas instruções possam ser adaptados às diferentes realidades dos países em que ele será utilizado.

Estudando sobre RDA percebemos quantas possibilidades existem para sua aplicação em diferentes estudos. Os resultados desta pesquisa nos motivam a continuar a exploração dessas possibilidades, aplicando o RDA em contextos além das bibliotecas. Também desejamos despertar o interesse nos estudantes de Biblioteconomia, especialmente os da UFC, para que se debruçam no universo da representação descritiva da informação, tão pouco explorado nos trabalhos acadêmicos produzidos nesta graduação.

Creemos que a área de Representação Descritiva da Informação, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação contam, com a finalização desta pesquisa, com mais uma contribuição para seu vasto universo de estudos, reconhecendo o caráter exploratório desta e a necessidade de aperfeiçoamento. Somente com reflexões contínuas é que poderemos dar passos constantes em direção à melhoria contínua da profissão de Bibliotecário.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rachel Cristina Vesu Alves; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. **Metadados no domínio bibliográfico**. Rio de Janeiro, Intertexto, 2013.

ASSUMPCÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. A utilização do Resource Description and Access (RDA) na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 18, n. 37, 2013, p. 203-226, maio/ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n37p203>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p203>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BYRUM, John D. As ISBDs: o que são e como são usadas, **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 115, p. 229-240, 1995.

CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano. 2. ed. rev. 2002. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catalogação descritiva no século XXI**: um estudo sobre o RDA. Orientadora: Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos. 2008. 65 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93699>. Acesso em: 1 maio 2017.

FURRIE, Betty. **O MARC bibliográfico**: um guia introdutório. Tradução de Beatriz Valadarez Cendón et al. Brasília: Thesaurus, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HATSEK, Iuri Noimann; HILLESSHEIN, Araci Isaltina Andrade. Resource Description and Access (RDA) e as mudanças na catalogação. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Trabalhos publicados** [...]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/eic-enacat/index/search/advancedResults>. Acesso em: 27 jun. 2017.

MACHADO, Raquel Bernadete. Catalogação. *In*: MACHADO, Raquel Bernadete. **Análise do RDA para teses e dissertações em literatura e cinema**. Orientadora: Ana Maria Pereira. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. f. 37-55. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2121/raquel_bernadete_machado.pdf. Acesso em: 1 jun. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia**

científica. São Paulo: Atlas, 2010.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural.** Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MODESTO, Fernando. Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do século XXI. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília. Anais [...].* Brasília: 2007. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/09/2007panoramacatalogacao.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

MORENO, Fernanda Passini; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos – FRBR: uma apresentação, **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 20-38, jul./dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v3i1.2052>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2052/0>. Acesso em: 25 jun. 2017.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico.** Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

RDA STEERING COMMITTEE. Resource Description and Access. Chicago: ALA Publishing, 2016. Disponível em: <http://www.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 17 ago. 2016.

ROWLEY, Jennifer. **Informática para bibliotecas.** Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1994.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catálogo:** trajetória para um código internacional. Niterói: Intertexto, 2009.

SERRA, Liliana Giusti; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo. O catálogo da biblioteca e o linked data. **Em questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 167-185, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245232.167-185>. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/67162/0>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SCHIFF, Adam L. Changes from AACR2 to RDA: a comparison of examples. *In: BC LIBRARY CONFERENCE, 2010, Penticton, British Columbia. Apresentações [...].* British Columbia, Canada: 2010. Disponível em: <http://www.rda-jsc.org/archivedsite/docs/BCLAPresentationWithNotes.pdf>. Acesso em 30 ago. 2018.

SILVEIRA, Naira Crhistofolletti. **A trajetória da autoria na representação documental.** Orientadora: Maria de Fátima Gonçalves Pereira Tálamo. 2013. 191 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-06052014-114125/pt-br.php>. Acesso em: 30 jun. 2017.

ZAFALON, Zaira Regina. **Formato MARC 21 bibliográfico: estudo e aplicações para livros, folhetos, folhas impressas e manuscritos.** São Paulo: EdUFSCAR, 2010.